

DA RAZÃO INSTRUMENTAL À RACIONALIDADE NEOLIBERAL: A RECONFIGURAÇÃO DOS FINS DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

FROM INSTRUMENTAL REASON TO NEOLIBERAL RATIONALITY: THE RECONFIGURATION OF THE ENDS OF CONTEMPORARY EDUCATION

DE LA RAZÓN INSTRUMENTAL A LA RACIONALIDAD NEOLIBERAL: LA RECONFIGURACIÓN DE LOS FINES DE LA EDUCACIÓN CONTEMPORÁNEA

João Vitor Dal Bon Rosales¹

Sinésio Ferraz Bueno²

RESUMO: Este artigo analisa a relação entre neoliberalismo e educação a partir da hipótese de que sua incidência sobre o campo educacional não se restringe à introdução de mecanismos mercadológicos ou empresariais, mas alcança a própria racionalidade pela qual os fins da formação são determinados. Por meio de pesquisa bibliográfica e de caráter teórico-conceitual, retomam-se as contribuições de Max Horkheimer e Theodor Adorno sobre a atrofia da razão sob o predomínio de sua dimensão instrumental, articulando-as às análises de Pierre Dardot e Christian Laval acerca da racionalidade neoliberal. Argumenta-se que a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação radicaliza tendências da racionalidade instrumental ao produzir o sujeito empresarial, responsável pela administração e valorização contínua de seu próprio capital humano. No campo educacional, esse movimento reconfigura categorias como autonomia, protagonismo, aprendizagem permanente e formação, subordinando-as progressivamente aos imperativos de adaptação, desempenho, empregabilidade e autogestão. Conclui-se que o problema central não reside na ausência de finalidades educacionais, mas na naturalização de fins socialmente determinados que tendem a identificar formação com adaptação eficiente à realidade existente.

1

Palavras-chave: Racionalidade neoliberal. Razão instrumental. Educação.

ABSTRACT: This article analyzes the relationship between neoliberalism and education based on the hypothesis that its impact on the educational field is not restricted to the introduction of market-oriented or managerial mechanisms, but reaches the very rationality through which the purposes of education and formation are determined. Through bibliographic research of a theoretical-conceptual nature, the article revisits the contributions of Max Horkheimer and Theodor Adorno concerning the atrophy of reason under the predominance of its instrumental dimension, articulating them with Pierre Dardot and Christian Laval's analyses of neoliberal rationality. It argues that the generalization of competition as a norm of conduct and of the enterprise as a model of subjectivation radicalizes tendencies of instrumental rationality by producing the entrepreneurial subject, responsible for the continuous management and valorization of their own human capital. In the educational field, this movement reconfigures categories such as autonomy, protagonism, lifelong learning and formation, progressively subordinating them to the imperatives of adaptation, performance, employability and self-management. It concludes that the central problem does not lie in the absence of educational purposes, but in the naturalization of socially determined ends that tend to identify formation with efficient adaptation to existing reality.

Keywords: Neoliberal rationality. Instrumental reason. Education.

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campus de Marília.

²Orientador. Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campus de Marília.

RESUMEN: Este artículo analiza la relación entre neoliberalismo y educación a partir de la hipótesis de que su incidencia sobre el campo educativo no se restringe a la introducción de mecanismos mercantiles o empresariales, sino que alcanza la propia racionalidad mediante la cual se determinan los fines de la educación y de la formación. A través de una investigación bibliográfica de carácter teórico-conceptual, se retoman las contribuciones de Max Horkheimer y Theodor Adorno sobre la atrofia de la razón bajo el predominio de su dimensión instrumental, articulándolas con los análisis de Pierre Dardot y Christian Laval acerca de la racionalidad neoliberal. Se sostiene que la generalización de la competencia como norma de conducta y de la empresa como modelo de subjetivación radicaliza tendencias de la racionalidad instrumental al producir al sujeto empresarial, responsable de la gestión y valorización continuas de su propio capital humano. En el campo educativo, este movimiento reconfigura categorías como autonomía, protagonismo, aprendizaje permanente y formación, subordinándolas progresivamente a los imperativos de adaptación, desempeño, empleabilidad y autogestión. Se concluye que el problema central no reside en la ausencia de finalidades educativas, sino en la naturalización de fines socialmente determinados que tienden a identificar la formación con la adaptación eficiente a la realidad existente.

Palabras clave: Racionalidad neoliberal. Razón instrumental. Educación.

INTRODUÇÃO

Não há novidade na relevância que a educação sempre desempenhou no movimento da história humana, sobretudo em sua posição central na tensão entre seu caráter positivo de reprodução social e cultural e seu caráter negativo e emancipatório de superação da própria realidade sobre a qual se constitui. Pode-se dizer então, que a educação é um ponto de tensão que engendra disputas entre diferentes segmentos sociais, políticos e culturais, muitas vezes antagônicos entre si. Contudo, na contemporaneidade a educação é alçada a uma posição de primazia na resolução de todos os problemas sociais decorrentes da sociedade moderna, configurando-se quase como uma panaceia, da qual derivariam as respostas à desigualdade social e econômica, à violência e ao sofrimento ocasionado por problemas aparentemente contingentes da sociedade capitalista. Porém, quanto mais a educação é evocada por diferentes discursos, mais difuso e, muitas vezes, mistificador se torna o seu significado.

A questão que surge não nos parece repousar somente na centralidade atribuída à educação, mas na determinação histórica e social de seus fins últimos enquanto prática humana. Por isso, falar em educação, formação, autonomia, ou ainda em emancipação pouco esclarece quando os conteúdos atribuídos a essas categorias são separados de seu tensionamento no movimento histórico para se transfigurarem em significados pressupostos e fetichizados. Uma educação voltada à adaptação eficiente dos indivíduos às condições sociais existentes pode reivindicar para si os mesmos conceitos de autonomia, formação, e até mesmo emancipação,

categoria tão cara ao pensamento crítico, cujo conteúdo negativo abrange justamente a possibilidade de questionamento e superação da ordem social estabelecida. Nessa direção, torna-se imperativo indagar não apenas quais finalidades são atribuídas à educação contemporânea, mas sobretudo qual a racionalidade por meio da qual essas finalidades adquirem seus sentidos.

É precisamente nesse ponto que a relação entre neoliberalismo e educação carece de uma reflexão que ultrapasse a identificação apenas da presença de elementos mercadológicos no campo educacional. Longe de constituir somente a implementação de novas técnicas educacionais ou ainda uma adequação da formação às transformações laborais decorrentes da reestruturação produtiva do capital, essa relação se estabelece em um nível mais profundo por meio de uma configuração específica da racionalidade contemporânea que altera e ressignifica os sentidos e as finalidades do que se quer expressar por educação. Eficiência, desempenho, competitividade, empreendedorismo, responsabilização individual e desenvolvimento de competências não constituem simplesmente conceitos importados da esfera econômica e posteriormente aplicados à educação. Sua centralidade cada vez maior nos indica uma transformação mais acentuada, relacionada à racionalidade segundo a qual os próprios indivíduos, instituições e finalidades educacionais são compreendidos.

A hipótese desenvolvida neste artigo é que a racionalidade neoliberal não representa simplesmente uma influência externa exercida pelo mercado sobre a educação, mas uma configuração histórica e socialmente determinada que radicaliza tendências próprias da racionalidade instrumental, a qual reestrutura os critérios pelos quais os fins educacionais são concebidos. Sob a generalização da concorrência e da lógica empresarial, formação, autonomia, emancipação e aprendizagem tendem a ser pouco a pouco subordinadas à adaptação, ao desempenho e à valorização constante do indivíduo enquanto portador de um capital que deve continuamente administrar e ampliar incessantemente.

Para isso, este trabalho parte das contribuições de Max Horkheimer e Theodor Adorno acerca da transformação histórica da razão e de sua atrofia sob o predomínio de sua dimensão instrumental, articulando-as posteriormente às análises de Pierre Dardot e Christian Laval sobre a racionalidade neoliberal. Não se pretende estabelecer aqui uma identidade imediata entre as diferentes perspectivas teóricas, mas evidenciar possíveis continuidades históricas entre a crítica da razão instrumental estruturada por Horkheimer e a generalização contemporânea da concorrência como norma geral de conduta. Por fim, busca-se analisar algumas implicações desse processo para os fins atribuídos à educação e à formação humana.

2. A ATROFIA DA RAZÃO E O PROBLEMA DOS FINS

A compreensão da racionalidade neoliberal enquanto configuração histórica e social que radicaliza tendências imanentes à racionalidade instrumental requer retomar o movimento de transformação da razão na sociedade moderna. Isso porque a racionalidade instrumental não constitui uma forma invariável do pensamento humano como se aparenta por sua estrutura científica e racional, tampouco se reduz ao simples emprego racional de meios para a consecução de objetivos determinados. O problema apontado pela Teoria Crítica, particularmente por Horkheimer e Adorno, encontra-se no movimento histórico pelo qual essa dimensão particular da razão adquire predominância formalizando-se, ao mesmo tempo em que se atrofia sua capacidade de submeter à reflexão os fins sobre os quais as ações humanas se motivam (PETRY, 2013, p. 31 – 33).

Horkheimer, em sua obra “O eclipse da razão” (1947), aborda a razão sob suas naturezas subjetiva e objetiva. Não se trata de estabelecer um juízo de valor maniqueísta entre as duas, mas da relação entre meios e fins na qual a primeira assume primazia perante a segunda, dissolvendo o universal que poderia oferecer os critérios de justiça e liberdade enquanto finalidades últimas da vida humana. Nas palavras de Horkheimer, “quando se concebeu a ideia de razão, o que se pretendia alcançar era mais que a simples regulação da relação entre meios e fins” (HORKHEIMER, 2002, p. 19). A racionalidade em seu caráter objetivo, além de compreender a realidade enquanto totalidade em sua dinâmica interação entre singular, particular e universal, teria como uma de suas principais características a capacidade de julgar as ações humanas para além de sua utilidade imediata, reconhecendo seu conteúdo racional principalmente nos fins a serem alcançados (HORKHEIMER, 2002). Já a razão subjetiva concentra-se na submissão dos fins aos meios, sem que estes necessitem encontrar em si mesmos qualquer conteúdo racional ou ético que os justifique. É certo que Horkheimer defende uma relação necessária entre essas duas dimensões da razão, uma vez que o desenvolvimento dos meios está diretamente mediado socialmente, oferecendo técnicas e tecnologias para a satisfação das necessidades humanas (PETRY, 2013, p. 41-44). Sua atrofia ao âmbito instrumental não significa o desaparecimento da razão, mas sua formalização: a sociedade amplia extraordinariamente sua capacidade de organização e cálculo ao mesmo tempo em que se atrofia a reflexão sobre as finalidades às quais essa capacidade se encontra submetida (PETRY, 2013, p. 33).

Na sociedade da dominação, quanto mais aperfeiçoados os meios, menos necessária parece a justificação racional dos seus fins. Estes podem permanecer socialmente pressupostos por uma racionalidade formalizada, desde que os procedimentos empregados para os alcançar se mostrem suficientemente eficazes dentro dos parâmetros do que se têm enquanto racional. Horkheimer sintetiza esse processo ao afirmar que a razão se encontra inteiramente aproveitada pelo processo social, assumindo uma função predominantemente operacional diante da realidade existente calcificada pela exclusão do caráter negativo e reflexivo outrora desempenhado pela razão objetiva (HORKHEIMER, 2002, p. 26).

O problema da racionalidade instrumental deriva justamente dessa inversão. Aquilo que deveria constituir um meio subordinado às finalidades humanas adquire autonomia diante delas. A eficiência já não necessita ser julgada em razão da finalidade à qual está submetida, pois ela mesma assume a aparência de um critério capaz de conferir racionalidade à ação. O vertiginoso desenvolvimento técnico da sociedade burguesa expressa de maneira exemplar essa contradição. Em consonância com Adorno, ao discutir a fetichização da técnica, os meios dirigidos primordialmente à autoconservação humana podem se autonomizar em relação a essa de tal modo que as finalidades às quais deveriam servir permanecem veladas da consciência dos indivíduos (ADORNO, 2024, p. 144). Sob o verniz da aparência racional proporcionada pelo alcance técnico inédito na história humana, também se justificaram níveis de barbárie e destruição no âmago da civilização moderna, a qual reservava a si a posição de arauto da emancipação, justiça e igualdade norteadas pelo progresso humano.

É nesse posição que a relação entre razão instrumental e educação adquire sua maior nitidez. Ao indagar “para onde a educação deve conduzir” (ADORNO, 2024, p. 152), Adorno denuncia a questão educacional voltada ao desenvolvimento de técnicas pedagógicas e administrativas subjugadas à lógica instrumental para reestabelecer o debate sobre as reais finalidades fundamentalmente humanas. Para ele, uma reflexão sobre os sentidos da educação deve reter a primazia em relação aos meios pelos quais ela se realiza (ADORNO, 2024, p. 152). Portanto, a questão não se resume à capacidade técnica de organizar instituições de ensino, currículos ou métodos de aprendizagem, mas alcança o caráter pelo qual as finalidades educacionais são instituídas e legitimadas. Uma educação, por mais racionalmente organizada que possa ser, não é, por isso, necessariamente balizada por finalidades racionais. Seus métodos podem ser aperfeiçoados e seus resultados submetidos a formas cada vez mais milimétricas de mensuração sem que as finalidades às quais esses procedimentos se dirigem sejam igualmente

questionadas. Assim, o desenvolvimento técnico pode coexistir de forma contraditória com o empobrecimento da reflexão sobre aquilo para o qual se educa.

Essa transformação assume uma importância ainda maior quando relacionada à dimensão adaptativa da educação. Adorno não desconsidera essa necessidade, pelo contrário, afirma que “a educação seria impotente e ideológica se ignorasse o objetivo da adaptação” (ADORNO, 2024, p. 156). O problema se encontra justamente na calcificação desse momento, quando a necessária apropriação dos conhecimentos humanos histórica e socialmente produzidos se esgota na adaptação à realidade existente tomada como sociedade já reconciliada e identificada consigo mesma. Nesse movimento, o que deveria constituir uma mediação necessária da formação assume a aparência de seu fim último, restringindo a possibilidade de que o indivíduo reconheça as contradições da realidade da qual também faz parte. A tensão formativa se dá no fato de que a educação precisa possibilitar a inserção dos indivíduos na realidade sem que esses sejam cooptados pela identificação integral com suas determinações. Isto é, a educação enquanto processo formativo social e historicamente determinado deve, ao mesmo tempo, conservar a realidade existente enquanto seu momento positivo e superá-la enquanto seu momento negativo. Caso essa tensão seja dissolvida em favor da adequação, a formação corre o sério risco de reproduzir aquilo que deveria ser capaz de submeter à reflexão crítica (ADORNO, 2024, p. 156).

A partir disso, a questão sobre o que significa formar um indivíduo é subordinada à identificação das capacidades necessárias à sua inserção satisfatória nas condições sociais existentes, a qual é estruturada pelas necessidades do Capital. Portanto, a adaptação não constitui apenas um problema pedagógico ou administrativo, mas expressa a relação entre educação e racionalidade social. A formação não pode ser compreendida de maneira afastada das determinações objetivas da sociedade, pois o sujeito é constituído no âmago das relações que simultaneamente possibilitam sua formação e o submetem à adequação à sociedade vigente (MAAR, 2003). É precisamente por isso que sua dimensão negativa depende da possibilidade de autorreflexão sobre as condições sociais que a estruturam. (MAAR, 2003, p. 470). Quando o existente fornece de antemão os critérios pelos quais a formação é submetida a julgamento, a educação encontra suas finalidades na preparação e formalização dos indivíduos para responder adequadamente às exigências que lhe são impostas. Dessa maneira, a educação tem seu conteúdo crítico danificado na medida em que a realidade social se adensa e se apresenta como horizonte último de sua realização. Aquilo que poderia proporcionar uma relação consciente com as

determinações objetivas é limitado pela exigência de adaptação a condições tomadas como necessárias na sociedade administrada. Portanto, a crítica da razão instrumental e a crítica da formação encontram um ponto de consonância fundamental, a saber, em ambas, a absolutização da adequação ao existente promulgado enquanto melhor dos mundos possíveis enfraquece a possibilidade de reflexão sobre os fins socialmente instituídos (PETRY, 2017; MAAR, 2003).

Só podemos chegar, então, à conclusão de que a questão dos fins educacionais não pode ser separada da forma histórica assumida pela racionalidade que os estabelece. A atrofia da razão sob o domínio de sua dimensão subjetiva e instrumental cria as condições para que adaptação e desempenho se traduzam em aparência de finalidades autojustificadas, dispensadas da necessidade de demonstrar a qual concepção de formação efetivamente correspondem. Não se trata de estabelecer um caminho ou uma determinação linear entre razão instrumental e neoliberalismo, mas de compreender como tendências historicamente constituídas encontram uma configuração particular na sociedade contemporânea. Assim, a análise da racionalidade neoliberal sob o prisma da racionalidade instrumental de Horkheimer e da sociedade administrada de Adorno nos permite compreendê-la enquanto uma configuração histórica particular que radicaliza as disposições latentes identificadas pela Teoria Crítica, ao evidenciar a generalização da concorrência como norma de conduta e da lógica empresarial como princípio balizador da existência social (DARDOT; LAVAL, 2022).

3. A RACIONALIDADE NEOLIBERAL E A GENERALIZAÇÃO DA CONCORRÊNCIA

Hoje, é comum abordar o neoliberalismo enquanto um conjunto de políticas econômicas voltadas à privatização, à desregulamentação dos mercados, ou ainda, à redução da participação estatal, a famosa bravata de que é preciso enxugar o Estado oneroso e inchado. Todas essas considerações encontram respaldo na realidade. Porém, é necessário ir além daquilo que se mostra de forma imediata para compreender o neoliberalismo não como um fenômeno meramente econômico, mas enquanto racionalidade neoliberal. Embora os fenômenos elencados acima constituam manifestações importantes do neoliberalismo em suas diferentes configurações históricas, não esgotam o princípio normativo que lhes confere uma unidade. É sob esse prisma que Dardot e Laval compreendem o neoliberalismo, não apenas como uma doutrina econômica ou ideológica, mas como uma racionalidade capaz de organizar as formas de governo e as condutas individuais segundo os critérios historicamente estabelecidos. Sua

característica fundamental se encontra na “generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (DARDOT; LAVAL, 2022, p. 17).

Essa compreensão se distancia da ideia segundo a qual o neoliberalismo representaria apenas um retorno ao liberalismo clássico e à crença na espontaneidade de um mercado que se autorregula. A ordem concorrencial não é consequência natural da ausência de intervenção política, mas necessita ser estruturada e continuamente preservada. Ao contrário dos discursos inflamados pela redução estatal, o Estado não desaparece; sua atuação encontra outra finalidade, a saber, criar as condições institucionais e jurídicas necessárias para que a concorrência opere enquanto princípio regulador das relações sociais (DARDOT; LAVAL, 2022, p. 89). A diferença em relação ao liberalismo clássico está em não apenas garantir um espaço de trocas, mas instituir condições para que os indivíduos permaneçam submetidos à prova da concorrência. Esta não constitui um dado espontâneo da natureza humana, mas um princípio que precisa ser produzido e estendido às diferentes dimensões da existência social. Por isso, a racionalidade neoliberal não busca somente reorganizar a economia, mas submeter as esferas da sociedade aos imperativos da lógica concorrencial e empresarial (DARDOT; LAVAL, 2022, p. 20).

Sob esse olhar, a concorrência assume uma função qualitativamente distinta e ampliada daquela atribuída ao simples mecanismo de troca. Ela fornece os critérios pelos quais indivíduos e instituições são comparados e submetidos a julgamento, ao mesmo passo em que estabelece a necessidade permanente de demonstração de eficiência diante dos demais. O indivíduo deve superar-se constantemente a fim de não ser classificado como insuficiente no jogo da concorrência. A competitividade assume o caráter de princípio político que orienta reformas em campos que ultrapassam os limites estritos das relações mercantis, enquanto a forma-empresa se expande para além das organizações econômicas e alcança instituições e subjetividades (DARDOT; LAVAL, 2022, p. 26-27). Nesse ponto, a racionalidade neoliberal não representa uma ruptura com a racionalidade instrumental, mas uma configuração histórica específica que radicaliza disposições nela contidas. A concorrência se revela enquanto prova constante diante da qual os indivíduos precisam demonstrar sua capacidade de adaptação, enquanto a eficiência ganha formas cada vez mais apuradas de mensuração pela comparação entre desempenhos traduzidos em números aferíveis.

Ao reconstruírem as formulações de Walter Lippman, Dardot e Laval demonstram que a ordem econômica moderna é concebida como essencialmente instável, exigindo dos indivíduos uma capacidade de igual natureza, velando o imperativo de modificação constante

enquanto mecanismo de adaptação pela categoria contemporânea quase mística da resiliência. Diferentemente dos adeptos do *laissez-faire*, para os quais os ajustes seriam produzidos espontaneamente pelo funcionamento da lógica do mercado, o neoliberalismo reconhece a necessidade constante de uma intervenção sobre a sociedade para adequá-la às transformações econômicas. A alteração contínua dos métodos de produção deveria corresponder uma transformação igualmente contínua dos modos de vida, de tal modo que a adaptação se transfigurasse em uma exigência social permanente (DARDOT; LAVAL, 2022, p. 91). Na sociedade capitalista neoliberal, a norma de adaptação se manifesta por meio da incessante busca pelo desempenho, pela eficácia e pela autossuperação ininterrupta. A adaptação se dá pela falsa aparência de não se adaptar, muito embora isso adense o domínio da sociedade administrada que se infiltra na totalidade da vida danificada. O indivíduo aparece, nessa conjuntura, como alguém constantemente atrasado diante das transformações econômicas que o cercam. Seus hábitos e formas de compreender a existência carregariam as marcas de uma configuração social que a dinâmica do capitalismo já teria superado. Quem se destaca é justamente aquele que vence a resistência da concorrência concentrando todas as suas forças na superação de si mesmo e dos outros, sob o horizonte da busca incessante de sua melhor versão, não obstante esta seja caracterizada por sua efemeridade. Por isso, o homem é caracterizado como um “inadaptado crônico”, cuja forma de vida deve ser submetida a processos de readaptação capazes de reconciliá-la com as condições econômicas em constante alteração (DARDOT; LAVAL, 2022, p. 91). A adaptação não se limita à aquisição episódica de uma nova habilidade profissional somente, mas alcança a maneira pela qual os indivíduos compreendem suas trajetórias e organizam suas expectativas diante do futuro sempre incerto.

Diante disso, a educação assume uma posição de destaque no interior dessa racionalidade. Se os indivíduos não se adaptam espontaneamente às novas exigências da ordem concorrencial, sua formação constitui uma das mediações fundamentais para produzir essa adequação. Ainda sobre as formulações de Lippmann, Dardot e Laval apontam para a necessidade de uma política educacional destinada a preparar os indivíduos para mudanças ocupacionais e para a incorporação de novas técnicas, hoje traduzidas pelo léxico empresarial como habilidades e competências, submetendo-os também à experiência de uma concorrência generalizada (DARDOT; LAVAL, 2022, p. 92). A educação encontra sua finalidade, sob este prisma, na capacidade de tornar os homens aptos ao novo tipo de vida exigido pelas transformações econômicas.

Esse movimento permite retomarmos, agora sob a configuração histórica particular da racionalidade neoliberal, a tensão entre adaptação e formação desenvolvida anteriormente. A racionalidade neoliberal incorpora ao momento adaptativo uma finalidade específica: formar sujeitos capazes de responder continuamente às alterações de um ambiente hostil configurado pela concorrência. Não basta que o indivíduo possua conhecimentos determinados, como diplomas e experiências laborais consolidadas, pois estes podem se tornar obsoletos diante das novas conjunturas econômicas; importa formar uma disposição permanente para modificar a si mesmo de acordo com exigências que se apresentam como inevitáveis. A concorrência se alastra às formas pelas quais os indivíduos compreendem suas capacidades e avaliam suas trajetórias. Dardot e Laval identificam nesse movimento a produção de uma subjetividade submetida à comparação sistemática com os demais, enquanto métodos de avaliação e mensuração instituem parâmetros mediante os quais sujeitos e instituições são classificados segundo seus resultados (DARDOT; LAVAL, 2022, p. 30).

Portanto, a especificidade neoliberal consiste não apenas na imposição externa de regras econômicas ou políticas de regulação, mas na constituição de condições para que os sujeitos orientem suas próprias ações em consonância com a norma concorrencial. Governar não significa apenas ordenar diretamente aquilo que os sujeitos devem fazer, mas estruturar o campo no qual suas escolhas são realizadas, de maneira que a própria liberdade se encontre organizada segundo os critérios da racionalidade vigente (DARDOT; LAVAL, 2022, p. 140). A concorrência alcança, assim, a forma pela qual os indivíduos se relacionam consigo mesmos e com os demais. A empresa oferece o modelo no qual autonomia e responsabilidade são reinterpretadas como capacidade de administrar riscos, responder às mudanças e assegurar o próprio desempenho. A adaptação à sociedade concorrencial assume a forma de autoadaptação constante, na qual determinações sociais são interiorizadas como exigências do desenvolvimento individual. Nesse ponto, a empresa ultrapassa sua condição de organização econômica e fornece o modelo pelo qual o indivíduo é convocado a empreender e conduzir sua própria existência (DARDOT; LAVAL, 2022, p. 16-17). É dessa transformação que deriva a figura do sujeito empresarial.

4. O SUJEITO EMPRESARIAL E A TRANSFORMAÇÃO DA FORMAÇÃO

A generalização da concorrência enquanto norma de conduta precisa alcançar também a maneira pela qual os sujeitos compreendem a si mesmos e orientam suas ações. Nesse

movimento, a empresa se estabelece como modelo de subjetivação, excedendo sua condição restrita às organizações econômicas. A racionalidade neoliberal exige que o indivíduo aprenda a gerir sua existência de acordo com os princípios que estruturam a atividade empresarial. A coerção não necessita se apresentar como imposição exterior, pois as condições sociais são organizadas de modo que o indivíduo leve a cabo sua própria autogestão. O mercado adquire, assim, uma função pedagógica: colocado reiteradamente em situações de escolha, risco e concorrência, o sujeito calcula suas ações, interpreta resultados e modifica seu comportamento, processo intensificado pelos feedbacks e métricas oferecidos cotidianamente pelo desenvolvimento técnico. A criação de situações de mercado constitui, portanto, um processo de aprendizado por meio do qual o indivíduo é conduzido a governar a si mesmo de acordo com a racionalidade concorrencial (DARDOT; LAVAL, 2022, p. 140-147).

O empreendedorismo assume um significado fetichizado que excede a simples abertura de um empreendimento ou o exercício do trabalho autônomo. Trata-se antes de uma forma particular de relação consigo mesmo. O sujeito neoliberal deve conceber suas capacidades, experiências e atributos pessoais como recursos sobre os quais precisa atuar de forma contínua se quiser se manter no jogo da concorrência. Assim, “a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição” (DARDOT; LAVAL, 2022, p. 330). Ser empreendedor de si significa transformar a sua própria existência em objeto ininterrupto de intervenção, de tal modo que aprendizagem, aperfeiçoamento e constante flexibilidade sejam incorporados como condições *sine qua non* da sobrevivência social. Ao mesmo tempo, o indivíduo deve ser especialista, empregador, inventor, empreendedor e vigilante de si mesmo, submetendo suas diferentes atividades a uma lógica de produção, investimento e cálculo milimétrico de aferição (DARDOT; LAVAL, 2022, p. 330).

Desse modo, o conceito de capital humano assume uma importância determinante. O indivíduo já não se apresenta somente como detentor de sua força de trabalho, mas como portador de competências e habilidades que precisam ser desenvolvidas e valorizadas. Conhecimentos, experiências profissionais, relações sociais, saúde e diferentes características pessoais podem ser submetidos ao mesmo princípio de investimento que rege a valorização empresarial. A formação, sob essa racionalidade, assume também a forma de investimento destinado à valorização futura daquele que investe em si. A educação, formal ou informal, ocupa uma posição determinante nesse processo ao participar da constituição de um sujeito que compreende a si próprio como capital cuja valorização depende de seu investimento e constante

atualização (MARINHO, 2019). Esse sujeito é caracterizado por Dardot e Laval como um “indivíduo competente e competitivo, que procura maximizar seu capital humano em todos os campos” (DARDOT; LAVAL, 2022, p. 333). Não se trata apenas de projetar ganhos futuros, mas de transformar a si mesmo continuamente buscando sua melhor versão. Se conhecimento, experiência e qualificação constituem parte de seu capital, sua formação jamais pode ser considerada suficiente. Aprender significa também impedir a desvalorização de si. A formação é subjugada ao imperativo da atualização constante, no qual o sujeito deve adquirir novas competências, modificar comportamentos e reconstruir capacidades cada vez mais flexíveis, versáteis e resilientes, verborragias comumente encontradas em tantos portfólios.

Essa exigência demonstra porque a racionalidade neoliberal atribui tamanha primazia em relação à formação constante. Não se trata apenas de reconhecer que o conhecimento humano é um processo inacabado, o que por si mesmo não constituiria qualquer problema, mas de determinar sob quais finalidades essa incompletude é mobilizada. O logro se esconde na apropriação de um momento de verdade que, submetido à formalização da razão, é devolvido agora sob a forma mistificada do próprio existente. A ideologia já não necessita simplesmente falsear a realidade, pois pode reproduzir fielmente sua aparência quando a própria realidade se encontra mistificada. Assim “a ideologia mente duas vezes, dizendo a mesma frase: a primeira quando mente, a segunda quando diz a verdade” (ROUANET, 1985, p. 9). Dessa mesma maneira, a incompletude da aprendizagem que poderia significar o não idêntico, assume um conteúdo profundamente adaptativo e formalizado quando sua necessidade deriva da obrigação de preservar o véu do logro da competitividade individual em um ambiente no qual qualquer conhecimento ou capacidade corre o risco de se tornar obsoleto frente às necessidades efêmeras da sociedade neoliberal. Assim, os processos educativos são cooptados pelas dinâmicas da racionalidade neoliberal ao ratificarem o logro da transformação dos sujeitos em empreendedores de si por meio de uma formação incessante. Esta é geralmente acompanhada de uma romantização do processo de aprender, pois basta um curso que lhe prometa etapas certas para se chegar àquele empreendimento *sui generis* que lhe garantirá o sucesso certo.

O sujeito empresarial precisa, portanto, trabalhar continuamente sobre si mesmo. Não é suficiente responder às determinações exteriores; é necessário incorporá-las como seus próprios objetivos e reconhecer em sua realização uma expressão de autonomia. Categorias como iniciativa, protagonismo, responsabilidade e autonomia adquirem sentidos contraditórios, pois aquilo que aparentemente amplia a liberdade individual pode constituir a forma pela qual

determinações sociais são interiorizadas e transformadas em exigências que o sujeito dirige a si mesmo. A empresa de si não representa um indivíduo finalmente liberto das formas exteriores de controle, mas uma modalidade na qual a administração da conduta é parcialmente transferida ao próprio sujeito, responsável por produzir estratégias para aumentar seu capital humano e valorizar suas capacidades. Destarte, “cada indivíduo deve aprender a ser um sujeito ‘ativo’ e ‘autônomo’”, por meio da ação que realiza sobre si mesmo (DARDOT; LAVAL, 2022, p. 336). Nessa conjuntura, a distinção entre autonomia e heteronomia se torna cada vez mais complexa. O indivíduo é incitado pela aparente liberdade a tomar decisões, elaborar projetos, estabelecer metas e responsabilizar-se pelos resultados, embora as condições nas quais essas escolhas são tomadas permaneçam socialmente determinadas. A autonomia reivindicada pela racionalidade neoliberal inclina-se a restringir-se à liberdade de administrar individualmente os meios necessários à própria adaptação aos fins estabelecidos de antemão pela realidade concorrencial. O sujeito escolhe, mas deve aprender a escolher corretamente; é livre para agir desde que sua ação demonstre eficiência e capacidade de valorizar seu capital humano.

É possível retomarmos aqui, sob outra conjuntura histórica, o problema desenvolvido por Horkheimer sobre a primazia da razão subjetiva (HORKHEIMER, 2002, p. 19). As finalidades aparecem novamente como dadas, enquanto ao indivíduo cabe somente encontrar os melhores meios para realizá-las. A dissonância se encontra no fato de que, sob a racionalidade neoliberal, essa administração instrumental se infiltra a própria constituição subjetiva, pois o sujeito transforma a si mesmo em meio para a obtenção dos fins socialmente estabelecidos. Sua personalidade, seus conhecimentos, suas relações e até suas disposições afetivas podem ser avaliados segundo a contribuição que oferecem para seu desempenho. A empresa já não é somente aquilo para o qual trabalha, mas a estrutura segundo a qual aprende a se relacionar consigo mesmo. “Ser ‘empreendedor de si mesmo’ significa conseguir ser o instrumento ótimo de seu próprio sucesso social e profissional” (DARDOT; LAVAL, 2022, p. 350). A expressão “instrumento ótimo” expressa exatamente a intensificação da racionalidade instrumental, pois o indivíduo já não administra somente os meios exteriores à realização dos seus objetivos, mas aprende a administrar a si próprio e aos outros enquanto meios para consecução de finalidades determinadas pela sociedade neoliberal. Essa autoinstrumentalização encontra consonância com o que Adorno denomina consciência coisificada. Ao ser conduzido a compreender a si próprio como instrumento de sucesso, o sujeito não submete apenas suas capacidades à lógica da eficiência, mas relaciona-se consigo mesmo e com os demais como objetos administráveis de

acordo com sua funcionalidade. Adorno identifica na disposição de converter a si mesmo em “algo como um material” a correlata tendência de tratar os outros como uma “massa amorfa” (ADORNO, 2024, p. 140). Sob a racionalidade neoliberal, essa disposição assume uma configuração singular, pois a aparente autonomia do empreendedor de si vela uma relação instrumental na qual o indivíduo administra sua subjetividade segundo critérios de desempenho e valorização, enquanto suas relações com os demais são atravessadas pelos imperativos da concorrência. Não se trata de estabelecer uma identidade imediata entre o sujeito empresarial e os tipos de personalidade analisados por Adorno, mas de reconhecer uma afinidade entre ambos na redução instrumental da relação do indivíduo consigo mesmo e com a alteridade.

Essa contradição se aprofunda porque o êxito ou o fracasso dessa administração são atribuídos ao próprio sujeito. Se cada indivíduo dispõe de si como capital e deve desenvolver estratégias para valorizá-lo, resultados insatisfatórios podem aparecer como consequência de investimentos inadequados, ausência de esforço ou incapacidade de adaptação. As determinações socioeconômicas são transferidas para o domínio da responsabilização individual, fazendo com que o sujeito reconheça em si as causas de sua insuficiência. A formação assume, consequentemente, uma relação cada vez mais estreita com a autoavaliação. O indivíduo deve identificar suas deficiências e intervir sobre si para corrigi-las, afinal, segundo a ideologia neoliberal difundida, o único obstáculo entre ele e o sucesso é a capacidade de superar a si próprio. Não é difícil perceber a afinidade entre essa racionalidade e a proliferação de discursos sobre aperfeiçoamento, desenvolvimento pessoal e busca incessante pela melhor versão de si. A empresa de si constitui, desse modo, um ethos da autoavaliação no qual o indivíduo deve trabalhar continuamente sobre si para tornar-se mais eficaz, ainda que para isso tenha que dilacerar-se no processo (DARDOT; LAVAL, 2022, p. 332-333).

A educação não se reduz mais somente à função de preparar o sujeito para uma ocupação específica. Diante da instabilidade das relações sociais e econômicas, a formação deve produzir uma subjetividade capaz de administrar a própria instabilidade e o risco decorrente disso. Assim, a educação participa da produção do sujeito autogerenciável, responsável pela negociação individual de sua inserção social e profissional e capaz de interpretar a própria vida como um empreendimento voltado à valorização ininterrupta. Essa dimensão já pode ser identificada em transformações concretas no campo educacional. A proposta formativa do Novo Ensino Médio, por exemplo, tem sido analisada a partir da constituição de “sujeitos autogerenciáveis e empreendedores”, particularmente na articulação entre disciplinas como Projeto de Vida,

empreendedorismo e Liderança com competências e habilidades socioemocionais (DEBIASI; MUELLER, 2025, p. 18). O interesse dessa aproximação não se encontra em afirmar que tais categorias sejam neoliberais em si mesmas, mas em compreender de que forma podem assumir determinado conteúdo quando organizadas segundo uma racionalidade concorrencial. Portanto, a transformação da formação não se reduz à simples introdução de conteúdos empresariais nos currículos, mas alcança os critérios pelos quais o processo formativo é compreendido: a autonomia e o protagonismo aproximam-se da autogestão, a responsabilidade se individualiza e a formação assume a aparência de um investimento cujo retorno deve ser demonstrado pelo desempenho futuro.

Assim, temos uma inversão fundamental para a hipótese deste trabalho. Se a formação poderia conter a possibilidade de uma relação crítica e negativa com as determinações sociais existentes, sob a racionalidade neoliberal ela corre o risco de encontrar sua medida no adensamento da adaptação do indivíduo ao existente. A educação não necessita abandonar categorias como autonomia, protagonismo ou formação; basta que seus conteúdos sejam reorganizados pela formalização da razão segundo uma racionalidade na qual ser autônomo e cidadão crítico significa administrar de maneira eficiente a si mesmo diante da concorrência. O que poderia conter um momento negativo de resistência é absorvido e expelido como exigência positiva de aperfeiçoamento contínuo do sujeito. Por isso, quando o indivíduo compreende sua existência como capital a ser constantemente valorizado, a formação também encontra novos critérios de legitimidade. Aquilo que se aprende, como se aprende e para que se aprende passa a ser julgado segundo sua contribuição à adaptação ao existente, ao desempenho e à expansão do capital humano. Destarte, a questão retorna ao problema inicial: não se trata somente de saber quais conteúdos a educação transmite, mas qual racionalidade determina as finalidades segundo as quais esses conteúdos adquirem sentido.

5. EDUCAÇÃO SOB A RACIONALIDADE NEOLIBERAL: RECONFIGURAÇÃO DOS FINS

As transformações por nós analisadas até aqui nos permite retomar o problema que orienta este trabalho, a saber, a questão dos fins educacionais. Como observamos, se a racionalidade neoliberal generaliza a concorrência como norma de conduta e a empresa enquanto modelo de subjetivação, sua infiltração sobre a educação não pode ser compreendida somente pela introdução de novas técnicas administrativas oriundas do setor privado, tampouco pela explícita presença de conteúdos empresariais nos currículos e documentos que organização

a educação. A educação alcança um nível mais profundo quando os critérios pelos quais se determina o que constitui uma educação adequada, eficiente ou desejável são reorganizados em acordo com a racionalidade vigente. A escola não necessita transforma-se em empresa para que seus sentidos sejam avaliados por critérios derivados da lógica empresarial, embora os discursos em favor disso sejam cada vez mais proliferados.

O conhecimento pode conservar seu lugar no interior das instituições escolares, mas sua legitimidade depende cada vez mais da utilidade que demonstra diante das exigências sociais e econômicas. Christian Laval sintetiza essa transformação ao afirmar que “os valores que constituíam o mundo escolar foram substituídos por novos critérios operacionais: eficiência, mobilidade, interesse” (LAVAL, 2022, p. 48). O sentido da escola, agora, se traduz pela formação de indivíduos capazes de adaptar suas capacidades às variações da vida profissional e social. Isso não significa idealizar uma configuração anterior da escola como espaço plenamente emancipatório, tampouco pressupor que a formação profissional ou a utilidade dos conhecimentos sejam incompatíveis com qualquer finalidade educacional legítima. O próprio modelo escolar voltado à apropriação da cultura universal esteve historicamente atravessado por desigualdades e restrições de acesso, tanto econômica social ou culturalmente. A questão se encontra na absolutização da utilidade e do pragmatismo enquanto critério último de julgamento do conhecimento, isto é, no momento em que aquilo que não demonstra imediatamente sua aplicabilidade prática e rentável perde sua legitimidade diante do imperativo da adaptação. Nesse movimento, a racionalidade instrumental reaparece no âmago da educação pois o valor do saber não repousa mais na possibilidade de ampliar a experiência e reflexão sobre a realidade, mas encontra sua justificativa principalmente nos resultados que promete produzir.

Nessa conjuntura, as categorias de competências e habilidades adquirem uma posição central nos processos formativos. A escola neoliberal confere primazia àquilo que o indivíduo deve ser capaz de mobilizar diante de situações práticas e concretas, particularmente diante das exigências de sua inserção econômica. Uma das tendências identificadas consiste precisamente em “reduzir a cultura ensinada nas escolas às competências indispensáveis para a empregabilidade dos assalariados” (LAVAL, 2022, p. 37). Mais uma vez, não se trata de opor de maneira abstrata conhecimentos e competências, como se a capacidade de mobilizar aquilo que se aprende constituísse por si só um problema. O conteúdo da transformação se encontra na racionalidade pela qual determinadas competências são selecionadas e elevadas a finalidades educacionais. Adaptabilidade, comunicação, resolução de problemas e capacidade de responder

a cenários de incerteza ganham centralidade porque correspondem às qualidades exigidas de um sujeito que precisa permanecer funcional em um ambiente econômico instável. Nesse quadro, a capacidade de “aprender a aprender” aparece como metacompetência destinada a preparar o indivíduo para a incerteza permanente de sua existência profissional (LAVAL, 2022, p. 41). A aprendizagem ao longo da vida encontra aqui sua conexão mais direta com a formação do sujeito empresarial. O *lifelong learning* prepara menos para uma formação relativamente consolidada do que para a aquisição de “competências básicas comercializáveis” capazes de possibilitar a adaptação contínua às transformações econômicas e às necessidades do mercado (LAVAL, 2022, p. 72). As competências não são finalidades em si mesmas, mas podem se transfigurar em meios que garantem o sucesso individual em detrimento do outro, customizado enquanto obstáculo a ser ultrapassado.

Retorna aqui o logro abordado anteriormente. Não há falsidade no reconhecimento de que a formação humana permanece inacabada e que os indivíduos continuam aprendendo durante toda a vida. A face da verdade que se converte em mentira se expressa quando esse inacabamento é formalizado como necessidade de atualização incessante diante das exigências da concorrência e da expansão do capital. A possibilidade de aprender continuamente, que poderia significar ampliação da experiência e abertura ao não idêntico, é reduzida à obrigação de preservar a própria empregabilidade e evitar a desvalorização de si. Autonomia, protagonismo e responsabilidade também podem permanecer presentes no discurso educacional sem que isso represente oposição à racionalidade neoliberal. Uma educação voltada à constituição do sujeito empresarial pode reivindicar o protagonismo para transferir ao indivíduo a responsabilidade pela administração de sua trajetória, velando as determinações históricas, políticas, econômicas e sociais que mantêm a sociedade da dominação. O conteúdo negativo da autonomia é substituído por sua dimensão operacional: ser autônomo significa saber escolher, estabelecer metas, administrar riscos e modificar a si mesmo diante das circunstâncias da sociedade concorrencial.

Dessa forma, conceitos aparentemente associados a uma educação crítica não precisam ser eliminados, mas podem ter seus conteúdos reorganizados. A formação para a cidadania corre esse risco quando o cidadão é concebido prioritariamente como indivíduo responsável por administrar suas escolhas dentro das possibilidades oferecidas pela realidade existente. Essa limitação já se encontra na própria constituição histórica da cidadania enquanto forma de liberdade circunscrita às determinações da sociedade burguesa, pois, “por mais plena que seja a

cidadania, ela jamais pode desbordar o perímetro da sociabilidade regida pelo capital” (TONET, 2005, p. 475). Da mesma maneira, protagonismo pode significar não a capacidade de reconhecer criticamente as condições objetivas da sociedade, mas a disposição de assumir individualmente a responsabilidade por adaptar-se a elas. Assim, a racionalidade neoliberal demonstra sua capacidade de incorporar categorias potencialmente emancipatórias sem necessariamente conservar seu conteúdo negativo. Podemos agora perceber como a crítica da racionalidade instrumental desenvolvida anteriormente reencontra a crítica da educação neoliberal. Quanto mais aperfeiçoados se tornam os meios de administração, avaliação e mensuração do processo educativo, o que fornece uma falsa aparência de progresso, maior o risco de que a sua própria eficiência assuma o estatuto de finalidade. Uma escola capaz de elevar índices, atingir metas, desenvolver competências e produzir indivíduos adaptáveis pode ser considerada racionalmente organizada sem que isso responda à questão sobre a racionalidade dos fins aos quais essa organização se encontra submetida. A eficiência dos meios não é capaz, por si mesma, de demonstrar a legitimidade humana de suas finalidades, pelo contrário, pode se converter no adensamento da dominação.

Portanto, a reconfiguração neoliberal não necessita declarar a renúncia à formação, à autonomia ou mesmo à emancipação. Basta proclamar o aparente atraso das instituições educacionais frente ao avanço técnico e às novas necessidades sociais e econômicas para que sua reorganização seja aprumada em direção ao progresso ratificado pela racionalidade vigente. Sua força se encontra na capacidade de conservar categorias outrora importantes para a superação da realidade existente ao mesmo tempo que modifica os critérios segundo os quais seus conteúdos são compreendidos. Sob a identidade aparente dos conceitos, suas determinações históricas podem assumir sentidos diametralmente distintos daqueles aos quais se remetiam.

Finalmente, voltamos ao paradoxo apresentado no início deste trabalho. A educação ocupa uma posição cada vez mais central nos discursos contemporâneos e é convocada a responder a problemas sociais, econômicos, e individuais de diferentes naturezas. Porém, quanto maior a extensão das finalidades que lhe são atribuídas, mais necessária se torna a reflexão sobre a racionalidade pela qual essas finalidades são determinadas. A questão fundamental não repousa em saber se a educação contemporânea possui ou não objetivos, mas se estes podem ser submetidos a um julgamento que supere os critérios instrumentalizados de eficiência, desempenho, adaptação e concorrência que a própria realidade social estabelece. Sob a racionalidade neoliberal, o risco se encontra precisamente na identificação entre aquilo que a

sociedade exige para sua reprodução e aquilo que a educação deve desenvolver enquanto negação da existência cristalizada. É nesse ponto que a educação pode conservar sua aparência de autonomia e emancipação, quando na verdade seu conteúdo negativo é atrofiado pela identificação com a realidade que deveria também ser capaz de submeter à reflexão crítica. Quando a formação encontra sua medida na capacidade de preparar indivíduos para responder de forma eficiente às condições existentes, a adaptação não constitui mais um momento necessário do processo formativo, mas é elevada a estatuto de finalidade última, transfigurando-se em aprisionamento do sujeito danificado por uma realidade sufocante que insiste em se apresentar como melhor dos mundos possíveis.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos desenvolver neste trabalho uma compreensão, obviamente sem esgotá-la, sobre a relação entre neoliberalismo e educação para além da identificação imediata da presença de mecanismos mercadológicos, empresariais ou administrativos no interior das instituições educacionais. Partimos da hipótese de que essa relação alcança um nível mais profundo e contraditório, relacionado à racionalidade segundo a qual os próprios fins atribuídos à educação e à formação humana são historicamente determinados. Sob esse prisma, o neoliberalismo não constitui simplesmente uma influência externa exercida pelo mercado sobre a educação, mas sim uma configuração particular da racionalidade contemporânea que radicaliza tendências próprias da razão instrumental ao generalizar a concorrência como uma norma de conduta e a empresa como modelo de subjetivação.

A retomada crítica de Horkheimer e Adorno permitiu demonstrar que o problema da racionalidade não se reduz à capacidade de organizar de forma eficiente os meios disponíveis, mas exige necessariamente a possibilidade de submeter à reflexão os fins para os quais esses meios são mobilizados. A atrofia dessa dimensão da razão abre espaço para que finalidades histórica e socialmente constituídas manifestem a aparência de necessidades autoevidentes, dispensadas da exigência de justificar seu conteúdo humano. É sob essa condição que adaptação, eficiência e desempenho podem deixar de constituir momentos determinados da atividade social para serem, pouco a pouco, transfiguradas em finalidades autojustificadas por sua aparência de racionalidade. A racionalidade neoliberal confere a esse movimento uma configuração histórica singular, pois a generalização da concorrência não reorganiza somente instituições e relações econômicas, mas alcança a constituição dos sujeitos, impelidos a

compreender suas capacidades, experiências e relações enquanto componentes de um capital que deve ser incessantemente administrado e valorizado. O sujeito empresarial constitui a síntese acabada dessa racionalidade, justamente porque a aparente ampliação de sua autonomia e liberdade de escolha coincide com a intensificação de sua dominação pela autoadministração.

Nessa conjuntura, a educação ocupa uma posição de destaque pois constitui uma das mediações fundamentais da formação dos indivíduos. Todavia, a reconfiguração neoliberal de seus fins não exige o abandono das categorias historicamente vinculadas à formação crítica. Categorias tão fundamentais como emancipação, mobilizadas historicamente para a superação da ordem existente, podem permanecer intactas em sua forma enquanto seus conteúdos são dilacerados e reorganizados pela racionalidade concorrencial. Como buscamos demonstrar, o problema não está nas categorias em si, tampouco na formação profissional, no desenvolvimento de competências ou na necessidade de continuar aprendendo por toda a vida, mas na determinação das finalidades às quais essas dimensões da formação são submetidas. Quando o conhecimento encontra seu parâmetro fundamental na utilidade, a autonomia e autogestão, o protagonismo na responsabilização individual e a aprendizagem permanente na preservação da empregabilidade, o que se apresenta como ampliação das possibilidades formativas pode adensar a adaptação ao existente. Esse movimento aparece de forma evidente na reorganização dos critérios pelos quais as instituições educacionais, sobretudo a escola, são legitimadas.

20

A contradição se encontra no fato de que a racionalidade neoliberal pode reivindicar uma educação cada vez mais ativa, flexível e aparentemente autônoma, sem contar mais interessante para os alunos, enquanto restringe a possibilidade de reflexão sobre as finalidades aos quais essa atividade se dirige. A formação do indivíduo capaz de adaptar-se continuamente às transformações econômicas e sociais não significa necessariamente a formação de um sujeito capaz de compreender criticamente as determinações da totalidade de social que produz essas transformações. Pelo contrário, quanto mais a realidade existente é ratificada como horizonte incontornável ao qual resta somente se ajustar, menor é o espaço para a resistência a ela e sua negação enquanto condição indispensável à emancipação. Não se pretende negar o momento de adaptação constitutivo de qualquer processo educativo, o que se transformaria em ideologia relegando a crítica à impotência. A questão está em impedir sua calcificação enquanto finalidade última da formação. Se educar significa também possibilitar aos indivíduos compreenderem a realidade da qual fazem parte, essa compreensão não pode ser reduzida ao aprendizado dos

meios mais eficientes para nela se inserir. É necessário conservar a possibilidade de reconhecer suas contradições, e conceber aquilo que ainda não encontra lugar no interior do existente, não como utopia vazia, mas como possibilidade latente.

Portanto, podemos concluir que o problema fundamental da educação contemporânea não repousa na ausência de finalidades, mas justamente na naturalização dos meios enquanto fins que a sociedade apresenta como racional. Retomar criticamente a questão “para que educar”, proposta por Adorno significa romper com a identificação imediata entre as exigências de reprodução da sociedade e os fins da formação humana. Enquanto a educação encontrar seus fins na capacidade de produzir sujeitos eficientes, adaptáveis e competitivos, sua promessa de autonomia e emancipação permanecerá circunscrita aos limites da racionalidade que pretende administrar atrofiando, assim, os fins autenticamente humanos. Preservar seu momento emancipatório requer, ao contrário, identificar as rachaduras possíveis de resistência, manter aberta a possibilidade de que a formação não ensine somente a viver no mundo tal qual ele é, mas principalmente a reconhecer que aquilo que existe não constitui tudo aquilo que poderia ser.

REFERÊNCIAS

- ADORNO TW. Educação e emancipação. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2024.
- DARDOT P, LAVAL C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2022.
- DEBIASI MC, MUELLER RR. Formação da subjetividade neoliberal: o empreendedor de si no Novo Ensino Médio. Educação & Formação, 2025; 10: e16033. DOI: 10.25053/redufor.v10.e16033.
- HORKHEIMER M. Eclipse da razão. Tradução de Sebastião Uchoa Leite. 7. ed. São Paulo: Centauro, 2002.
- LAVAL C. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2022.
- MAAR WL. Adorno, semiformação e educação. Educação & Sociedade, 2003; 24(83): 459-475. DOI: 10.1590/S0101-73302003000200008.
- MARINHO C. O sujeito neoliberal e a educação como capital humano. Kalágos, 2019; 16(2): 25-40. DOI: 10.23845/kalagatos.v16i2.6587.
- PETRY FB. O conceito de razão nos escritos de Max Horkheimer. Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade, 2013; 22: 31-48. DOI: 10.11606/issn.2318-9800.voi22p31-48.

PETRY FB. Razão, filosofia e formação em Max Horkheimer. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, 2017; 22(2): 77-91. DOI: 10.11606/issn.2318-9800.v22i2p77-91.

ROUANET SP. A razão cativa: as ilusões da consciência: de Platão a Freud. São Paulo: Brasiliense, 1985.

TONET I. Educar para a cidadania ou para a liberdade? *Perspectiva*, Florianópolis, 2005; 23(2): 469-484.